

Bom Dia CONTRASP



Edição 782 - Segunda - feira, 16 de Maio de 2022



GOVERNO BOLSONARO ELABORA PROPOSTA PARA DIMINUIR FGTS DE TODOS OS TRABALHADORES

Fundo é vinculado ao Ministério do Trabalho e Previdência, mas fontes da pasta relataram não terem sido consultadas sobre a proposta e admitem ceticismo com a possibilidade de avanço



O governo Jair Bolsonaro (PL) estuda uma ampla flexibilização nas regras do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), sob a justificativa de reduzir o custo dos empregadores na contratação.

Em três minutas de medidas provisórias (MPs), às quais a Folha teve acesso, o Ministério da Economia propõe cortar a alíquota de contribuição que as empresas recolhem sobre o salário dos trabalhadores, de 8% para 2%, e reduzir a multa paga em caso de demissão sem justa causa, de 40% para 20%.

"A proposta de redução das alíquotas

das contribuições dos serviços sociais autônomos não apenas reduzirá o custo da contratação de trabalhadores, como também contribuirá com a geração de novos empregos", diz o texto, que se repete nos três documentos.

As medidas foram redigidas pela Subsecretaria de Política Fiscal da Secretaria de Política Econômica (SPE), vinculada ao Ministério da Economia.

Um integrante da equipe econômica confirmou à reportagem que a proposta está em estudo, mas ressaltou que ainda não há qualquer decisão final sobre o tema. Essa fonte explicou que a tentativa de aliviar os encargos trabalhistas é um assunto que preocupa a pasta.

Por isso, os técnicos têm trabalhado em opções de medidas, algumas restritas a grupos de trabalhadores ou outras mais amplas, como o corte geral das alíquotas.

Procurado oficialmente, o Ministério

da Economia não respondeu.

O FGTS é vinculado ao Ministério do Trabalho e Previdência. Fontes da pasta relataram não terem sido consultadas sobre a proposta e admitem ceticismo com a possibilidade de avanço.

Hoje, as empresas precisam recolher 8% do salário em uma conta individual do FGTS em nome do empregado. Esse recurso fica no fundo e pode ser resgatado em algumas situações, como compra da casa própria ou demissão sem justa causa.

Mais recentemente, o governo autorizou a opção de saques anuais, por meio da modalidade saque-aniversário, mediante adesão do trabalhador.

Se o trabalhador é dispensado sem justa causa, ele pode resgatar todo o saldo disponível no fundo (caso não tenha optado pelo saque-aniversário). A empresa ainda precisa pagar uma multa de 40% sobre o valor recebido ao longo do contrato, diretamente para o bolso do trabalhador.

Ao elaborar as medidas, o governo alega que a redução da carga tributária "favorece o crescimento e o desenvolvimento econômico do país, pois auxilia na retomada da atividade econômica, bem como na geração de emprego e renda".

Para o Ministério da Economia, "o FGTS onera o empregador por incidir sobre

a folha de pagamento das empresas".

Para a redução no custo da contratação de trabalhadores, como também para a melhoria do cenário econômico, o que possibilitará o aumento de novos empregos e novas contratações", diz trecho da exposição de motivos de uma das medidas.

Já na proposta referente à redução da multa do FGTS para 20%, o governo afirma que a medida reduziria o custo da contratação de trabalhadores, além de contribuir para o aumento de novas admissões.

"Essa redução pode aumentar a produtividade e a competitividade das empresas, uma vez que os empregadores terão recursos adicionais que poderão ser investidos tanto na capacitação de trabalhadores quanto na geração de novos postos de trabalho", diz a minuta.

Em uma terceira proposta, o governo estuda cortar as alíquotas referentes às contribuições para o Sistema S. Elas seriam reduzidas a 0,30% para o Sebrae, a 0,50% para os serviços de aprendizagem Senac, Senai e Senat, a 0,75% para os serviços sociais Sesi, Sesc e Sest e a 1,25% para SESCOOP e Senar.

O ministro Paulo Guedes é um ferrenho defensor do corte de encargos trabalhistas, os quais ele costuma chamar de "armas de destruição em massa".

Na campanha presidencial de 2018, um dos pilares do plano econômico do governo era o lançamento da Carteira Verde e Amarela, uma modalidade de contratação mais flexível do que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). O modelo, que segundo o governo seria opcional ao trabalhador, incluiria alíquotas menores de recolhimento do FGTS.

O governo nunca chegou a propor a criação da Carteira Verde Amarela, apenas versões mais enxutas, focadas em grupos como jovens e pessoas com mais de 55 anos. Mesmo assim, a flexibilização sempre enfrentou fortes resistências no Congresso Nacional, e as medidas apresentadas acabaram perdendo validade.

Além das críticas de opositores do governo, que apontaram nessas ocasiões o risco de prejuízo

aos trabalhadores, alterações no FGTS costumam enfrentar forte objeção do setor de construção civil.

A atividade usa os recursos do Fundo de Garantia como fonte de financiamento mais barata para a construção de novas moradias. Os trabalhadores também podem contratar empréstimos com dinheiro do FGTS para adquirir a casa própria pagando uma taxa de juros mais baixa.

O fundo também financia ações nas áreas de saneamento e infraestrutura urbana. Mais recentemente, o governo anunciou medidas para direcionar uma parcela de R\$ 3 bilhões a um fundo garantidor de microcrédito para pequenos empreendedores e para liberar os saques para trabalhadores com filhos até cinco anos que precisam pagar creche.

Fonte: Valor Economico

CORONAVÍRUS

PREVINA-SE



Presidente: Edilson Silva
Secretária de Imprensa e Comunicação: Dayane da Penha de Oliveira
Produção e Arte Finalista: Regina Domingues
Diagramação e Arte: Amauri Azevedo

SRTVS QD 701 BL 02, Centro Empresarial Assis Chateaubriand
salas 221/223 - Ass Sul - DF, CEP: 70340-906

(61) 3327-9813

(61) 3326-1904

<https://www.facebook.com/constrasp>

<http://constrasp.org.br/>

constrasp@outlook.com